



**Projeto de Lei Complementar nº 11/2024**

Autoria: Poder Executivo Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_

**ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 01 DE 27 DE MAIO DE 1.993 – ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.**

A Câmara Municipal de Palmital **APROVA:-**

**Art. 1º** O artigo 165 da Lei Complementar nº 01 de 27 de maio de 1.993, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Artigo 165** – Os percentuais que servirão para o cálculo de adicionais de insalubridade serão de 10% (dez por cento) para insalubridade de grau mínimo, 20% (vinte por cento) para grau médio e 40% (quarenta por cento) para insalubridade de grau máximo, conforme o grau de exposição a agentes nocivos, calculados sobre o salário-mínimo vigente na tabela de padrão de vencimentos da Prefeitura Municipal de Palmital.

**Art. 2º** Acrescenta o artigo 165-A na Lei Complementar nº 01 de 27 de maio de 1.993

**Art. 165-A** Os percentuais que servirão para o cálculo do adicional de periculosidade serão de 30% (trinta por cento) sobre o salário-base do funcionário, aplicado a atividades que impliquem risco acentuado à saúde e à integridade física do trabalhador, conforme estabelecido na legislação pertinente.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PALMITAL**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução e aplicação desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário, de acordo com as normas legais vigentes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, em 09 de dezembro de 2.024.

(assinado digitalmente)

**CRISTIAN RODRIGO ALVES NOGUEIRA**  
Presidente

(assinado digitalmente)

**HOMERO MARQUES FILHO**  
1º Secretário

